



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO SEM
COMPARTILHAMENTO PATRIMONIAL**

Acordo de Cooperação Nº 001/2017

PROCESSO Nº 01.159.048.17-41

Instrumento Jurídico:01.2017.2800.0003.01.00

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE
COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, E A
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
SOCIEDADE MINEIRA DE SOFTWARE -
FUMSOFT.**

O Município de Belo Horizonte, inscrito no CNPJ nº 18.715.383/0001-40, com sede na Av. Afonso Pena nº 1.212, Bairro Centro, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cláudio Chaves Beato Filho, **ADMINISTRADOR PÚBLICO** da presente parceria, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a Organização da Sociedade Civil **SOCIEDADE MINEIRA DE SOFTWARE - FUMSOFT**, CNPJ nº 42.772.319/0001-85, situada na Avenida Afonso Pena, 3351 - Sala 1005, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, neste ato representada por Leonardo Fares Menhen, portador do CPF nº 407.496.226-87 e RG nº [REDACTED], doravante denominada, O.S.C., e ambos em conjunto denominados **PARCEIROS**, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 16.746, de 10 de outubro de 2017 e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho anexo a este instrumento, RESOLVEM celebrar o presente Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação ora celebrado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo o ajuste do Plano de Trabalho, visando adequações das metas; e adequação do Instrumento Jurídico, considerando alterações sofridas pelo Decreto 16.746, de 10 de outubro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho passa a vigorar conforme Anexo I deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ADEQUAÇÕES DO INSTRUMENTO

67 il



3.1. Fica incluída na CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, a seguinte redação:

Constitui objeto do presente Acordo a Cooperação a **formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação**, entre o Município de Belo Horizonte e a OSC - Sociedade Mineira de Software - FUMSOFT, **para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco**, visando ao desenvolvimento do ecossistema de Tecnologia da Informação (TI) em Belo Horizonte, por meio do fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), a partir da geração e aplicação de conhecimentos tecnológicos e científicos no setor de TI, e da criação de oportunidades locais de negócios, a partir da atração de investimentos e do estímulo à instalação de novos empreendimentos na cidade, conforme Anexo Único - Plano de Trabalho.

3.2. Fica incluída na CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES, a seguinte redação:

Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Acordo de Cooperação, comprometem-se os Parceiros a executar a integralidade das obrigações assumidas, no âmbito das respectivas competências.

2.1. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

(...)

2.1.3. receber e analisar os Relatórios de Execução do Objeto encaminhados pela OSC, observado, no que couber, o disposto art. 53 do Decreto Municipal nº. 16.746/17, bem como notificá-la quando da sua não apresentação no prazo fixado e ou quando constatada irregularidade na execução do objeto;

(...)

2.1.8. publicar e manter atualizados os manuais de orientação a gestores públicos e OSC sobre a aplicação da Lei 13.019/2014, observadas as diretrizes expedidas pela Gerência de Apoio às Parcerias do Município de Belo Horizonte.

(...)

Ficam incluídos os subitens:

2.1.12. apoiar a OSC para o alcance dos resultados previstos no objeto da presente parceria, conforme o Plano de Trabalho;

2.1.13. publicar o extrato desta parceria e respectivas alterações no Diário Oficial do Município (DOM) e no Portal das Parcerias, se for o caso;

2.1.14. designar, por ato publicado no Diário Oficial do Município, o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

2.1.15. sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos, referentes à parceria, a eventuais questões apresentadas pelas OSC;

2.1.16. direcionar esforços para garantir formação continuada aos dirigentes e técnicos da OSC;

2.2. OBRIGAÇÕES DA OSC – FUMSOFT

(...)



2.2.2. zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades, **assegurando a correção de quaisquer irregularidades;**

(...)

2.2.5. Apresentar ao MUNICÍPIO, na periodicidade definida no Plano de Trabalho, Relatório de Execução do Objeto contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto, assinados pelo seu representante legal, **observado o disposto na Cláusula Décima;**

(...)

Os subitens 2.2.6 e 2.2.7 passam a integrar o subitem 2.2.23, conforme abaixo:

2.2.23. permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre a execução do objeto da parceria, garantindo o acesso de agentes da administração pública, do controle interno e externo correspondente aos processos, documentos e informações relativos a esta parceria e aos locais de execução do objeto, bem como prestar informações ou esclarecimentos aos órgãos públicos, quando solicitado;

Ficam incluídos os subitens:

2.2.24. desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto desta parceria conforme o Plano de Trabalho, observadas as metas e indicadores estabelecidos, prestando ao MUNICÍPIO as devidas informações, sempre que solicitado;

2.2.25. prestar informações aos munícipes e quaisquer interessados sobre o caráter público das ações realizadas em decorrência dessa parceria, quando for o caso;

2.2.26. responsabilizar-se integralmente pelo pagamento das despesas e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes da contratação de pessoal, mantendo regular a situação de todas as pessoas sob sua responsabilidade contratual, observada a legislação em vigor;

2.2.27. comunicar quaisquer alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver, em até trinta dias da data de registro no órgão competente.

2.2.28. manter atualizada sua habilitação jurídica, fiscal e trabalhista junto ao Município e aos respectivos cadastros eletrônicos, se houver.

Fica incluído o subitem **2.3. OBRIGAÇÕES COMUNS DOS PARCEIROS**, conforme abaixo:

2.3.1. conjugar esforços e cooperar mutuamente para a plena realização do objeto;

2.3.2. promover publicidade e transparência às informações referentes a esta parceria;

2.3.3. promover o registro das informações cabíveis na plataforma eletrônica do Sistema Unificado de Contratos Convênios e Congêneres – SUCC – ou em outra que venha a substituí-la, no âmbito das respectivas competências;

2.3.4. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial;

2.3.5. priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo.

67 W



3.3. Fica incluída na **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**, a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E COMPARTILHAMENTO PATRIMONIAL

Não haverá repasse de recursos financeiros **ou compartilhamento de qualquer outro recurso patrimonial** por parte do Município, devendo a OSC disponibilizar integralmente os recursos financeiros e materiais necessários à consecução do objeto pactuado nesse Acordo de Cooperação.

3.4. Fica incluída na **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**, a seguinte redação:

(...)

4.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da O.S.C. por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, **ou mediante a verificação desta necessidade pelo MUNICÍPIO, com a anuência da OSC, desde que não haja alteração de seu objeto.**

3.5. Fica incluída na **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO**, a seguinte redação:

5.1. Este Acordo de Cooperação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo e ajuste das ações previstas nesse instrumento **e no Plano de Trabalho**, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela O.S.C com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

(...)

3.6. A **CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**, passa a ter a seguinte redação:

6.1. A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.



6.2. A OSC deverá apresentar prestação de contas anual, exclusivamente com relação ao desenvolvimento de seu objeto, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

6.3. A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias após o fim de cada exercício;

6.3.1. Considera-se exercício cada período de doze meses de duração da parceria, contados da primeira liberação de recursos para sua execução.

6.4. Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório de Execução do Objeto, através do Portal das Parcerias – Área do Parceiro, na periodicidade prevista no Plano de Trabalho, compatível ao cronograma de execução das metas, contendo:

- I -** descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- II -** demonstração do alcance das metas;
- III -** documentos que comprovem a execução das ações e o alcance das metas e evidenciem o cumprimento do objeto, tais como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;
- IV -** relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

 4 



- V - elementos para avaliação dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas e, quando for o caso, do grau de satisfação do público-alvo e da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto; e
- VI - justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.5. A OSC deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.4.

6.5.1. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até noventa dias, contado do dia seguinte ao término da vigência da parceria.

6.6. O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até cento e cinquenta dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto.

6.7. A análise da prestação de contas final pelo MUNICÍPIO será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, a ser inserido na plataforma eletrônica, que deverá verificar o cumprimento do objeto, o alcance das metas previstas no plano de trabalho e os efeitos positivos da parceria, considerando:

I – o relatório final de execução do objeto;

II – os relatórios anuais de execução do objeto;

III – os relatórios de visita técnica *in loco*, se houver;

IV – o relatório técnico de monitoramento e avaliação;

6.7.1. O parecer técnico conclusivo embasará a decisão da autoridade competente, nos termos dos artigos 70 a 74 do Decreto Municipal nº 16.746/17, e concluirá pela:

I – aprovação das contas, quando constatado o cumprimento das metas e, quando necessária, da regularidade na execução financeira da parceria;

II – aprovação das contas com ressalvas quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – rejeição das contas, nas hipóteses previstas no art. 72, inciso III, da Lei Federal nº 13.019/14.

6.8. A OSC será notificada da decisão sobre a prestação de contas final para, se for o caso, sanar irregularidade ou cumprir a obrigação estabelecida pela administração pública municipal, no prazo de quarenta e cinco dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou apresentar recurso, no prazo de dez dias úteis.

6.9. É obrigação da OSC manter a guarda dos documentos originais, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação.

6.10. As prestações de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitida a visualização por qualquer interessado.

3.7. A CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

al 67
5



7.1. As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria constantes da plataforma eletrônica e da documentação técnica apresentada;

7.2. Cabe ao MUNICÍPIO exercer as atribuições de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria podendo valer-se de recursos tecnológicos e apoio técnico de terceiros, que será designado em ato próprio;

7.3. O MUNICÍPIO designará gestor para realizar o monitoramento e avaliação desta parceria, através de publicação no Diário Oficial do Município – DOM;

7.4. O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, que deverão ser por ela homologados.

7.5. O gestor da parceria deverá, de ofício ou a partir do relatório de execução do objeto entregue pela OSC, elaborar o relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterà os elementos previstos no art. 56 do Decreto Municipal nº 16.746/2017, devendo o mesmo ser submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para a respectiva homologação;

7.5.1. A O.S.C deverá ser informada do conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o item 7.5;

7.5.2. Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução do objeto, ainda que parcial, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de quarenta e cinco dias, sanar a irregularidade, cumprir a obrigação, ou apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

7.5.3 - Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da OSC para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria.

3.8. Fica incluída na CLÁUSULA OITAVA – DA DIVULGAÇÃO, a seguinte redação:

CLÁUSULA OITAVA – DA DIVULGAÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA
(...)

8.3. A OSC compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das OSCs, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

8.4. Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.

3.9. Fica incluída na CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO, a seguinte redação:



É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

(...)

9.5. Quando a O.S.C., **após notificada**, não sanar as impropriedades constantes do item 6.3 da cláusula sétima;

3.10. Fica incluída na CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES, a seguinte redação:

Caso a execução da parceria esteja em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá aplicar à OSC sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 16.746/2017, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da OSC.

(...)

10.1.2. suspensão temporária da participação em chamamento público, **suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio** e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

(...)

10.2. As penalidades previstas nos itens 10.1.2 e 10.1.33 serão devidas nos casos de rescisão previstas nos itens 9.2 e 9.5 da cláusula nona e serão aplicadas **pelo ADMINISTRADOR PÚBLICO**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

(...)

3.11. A CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO fica substituída, conforme abaixo:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

11.1. A responsabilidade pelo pagamento dos salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e à integralidade da execução do objeto do presente Acordo de Cooperação, é exclusivamente da OSC, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução;

11.2. A eventual inadimplência das obrigações previstas no item anterior pela OSC não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

3.12. Fica incluída a CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO, conforme abaixo:

Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

W, 67



E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 2 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONVALIDAÇÃO

Ficam convalidados todos os atos administrativos referentes ao presente Termo Aditivo, ocorridos no período de 01/01/2020 até a data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Acordo de Cooperação ora aditado, não alcançadas pelas modificações contidas neste instrumento.

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2020.

Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico

Nome: Claudio Chaves Beato Filho
CPF: 370.159.156-34

Assinatura do Representante Legal da
O.S.C.

Nome: Leonardo Fares Menhen
CPF: 407.496.226-87


309
280

PLANO DE TRABALHO

I. DADOS CADASTRAIS		
Organização da Sociedade Civil parceira		
FUMSOFT - Sociedade Mineira de Software		
CNPJ	Data de abertura do CNPJ	
42.772.319/0001-85	17/08/1992	
Registro no Conselho (<u>Se necessário</u>)	Vigência do Registro	
Não se aplica	Não se aplica	
Dados Bancários (conta corrente específica e isenta de tarifa)	Banco: Não se aplica	
	Agência: Não se aplica	
	Conta: Não se aplica	
Endereço		
Av. Afonso Pena, 4000 / 3º andar		
Bairro	Cidade	CEP
Cruzeiro	Belo Horizonte	30130-009
Telefone	E-mail	
(31) 3194-7650	silvana.braga@fumsoft.org.br	
Nome do representante legal		
Leonardo Fares Menhem		
Endereço Residencial do representante legal		
[REDACTED]		
CPF	R.G.	Telefone (s)
407.496.226-87	[REDACTED]	[REDACTED]
Período de Mandato da Diretoria		
Período de Mandato da Diretoria: 2017 - 2020		
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte		
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		
Endereço		
Av. Augusto de Lima, nº 30 - 19º andar - Belo Horizonte, MG		
CNPJ	Telefone	
18.715.383/0001-45	3246-0026	

67 \$B.

288

Representante Legal		
Cláudio Beato Chaves Filho		
Matrícula	CPF	R.G.
BM 117.292-X	370.159.156-34	
2. OBJETIVO GERAL DA PARCERIA:		
<p>O projeto é voltado para o fortalecimento do ecossistema de TI do Município em seus vários aspectos, tanto do ponto de vista empresarial e econômico, quanto da ótica regulatória e da perspectiva de articulação da pesquisa, desenvolvimento e inovação com ciência e tecnologia. Assim, busca-se estimular e potencializar o setor de tecnologia e inovação da cidade, dentro de uma ação mais ampla de promoção e fomento ao desenvolvimento econômico e tecnológico de BH, gerando negócios, emprego e renda.</p>		
3. DESCRIÇÃO DA REALIDADE:		
<p>A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), conforme artigo 2º do Decreto 16.679/17 tem como um de seus objetivos viabilizar e criar oportunidades locais de negócios, por meio do estímulo à atração de investimentos e da instalação de novos empreendimentos na cidade. Além disso, a SMDE tem por atribuição desenvolver e fomentar a pesquisa, desenvolvimento e inovação no ecossistema de TI de Belo Horizonte, a partir da geração e aplicação de conhecimentos tecnológicos e científicos.</p> <p>A execução de um projeto específico, voltado para o desenvolvimento do ecossistema de TI em Belo Horizonte representa, portanto, não apenas a realização do eixo "fomento e apoio à pesquisa e à inovação", que compõe a missão institucional da Subsecretaria, mas também representa a efetivação de uma ação ativa e promotora do desenvolvimento econômico da cidade, oportunizando a geração de emprego e renda, via instalação, no município, de novos empreendimentos, de cunho tecnológico e dinâmico, alinhados às tendências econômicas contemporâneas.</p> <p>Já é entendimento comum que o Município de Belo Horizonte apresenta uma forte vocação para o desenvolvimento de atividades e negócios nas áreas de PD&I em TI. Estudos e rankings recentes corroboram esta percepção: segundo o Índice de Cidades Empreendedoras da Endeavor (2016), Belo Horizonte ocupa o 1º lugar na categoria índice de infraestrutura tecnológica entre as 32 cidades pesquisadas; segundo o ranking Connected Smart Cities, elaborado pela Urban Systems, Belo Horizonte figura em 4º lugar na lista de cidades mais inteligentes e conectadas do Brasil.</p> <p>No Município, temos o parque tecnológico BH-Tec, a sede da Google, a comunidade de startups San Pedro Valley, eleita a melhor comunidade de startups do Brasil em 2014 pela Spark Awards, o Centro de Inovação e Tecnologia do SENAI, o Centro de Engenharia e Tecnologia da Embraer, a SERPRO, líder do mercado de TI voltado para o setor público, a FAPEMIG, e inúmeras outras instituições, organizações, empresas e entidades voltadas para a PD&I no</p>		

67 B.

340 282
segmento de TI no ecossistema do Município.

Desta forma, entende-se que ainda há um expressivo espaço para crescimento do setor de TI em nosso município, no qual se verifica a necessidade de constantes ações de fortalecimento deste setor como um dos principais pilares do desenvolvimento econômico do Município.

Além disso, pretende-se posicionar Belo Horizonte como a Capital da Inovação e a cidade a mais inteligente e conectada do Brasil.

Resultados esperados:

- Desenvolvimento contínuo de novas startups de base tecnológica que gerem produtos / serviços inovadores para o mercado de TI;
- Elevação da capacitação gerencial e técnica das empresas locais de TI;
- Estímulo à internacionalização de empresas com competências globais através da promoção de oportunidades de negócio, programas de capacitação e *networking* qualificados;
- Estímulo para empresas utilizarem recursos de fomento e de PD&I disponíveis (tais como Lei de Informática), para aumentarem sua oferta de produtos e serviços inovadores no Município;
- Apoio à construção de um ambiente regulatório do setor de TI mais favorável e competitivo para instalação e atração de novas empresas de base tecnológica para o município;
- Criação de um processo de *match* entre a demanda de soluções públicas de TI da Prefeitura de Belo Horizonte e a oferta de soluções pelo mercado de empresas já estabelecidas e startups instaladas no Município, com ênfase em soluções ligadas ao tema "Cidades Inteligentes" (*Smart Cities*). Tais soluções devem elevar a posição de Belo Horizonte no *ranking* das Cidades Inteligentes;
- Criação de um processo de aconselhamento técnico, para questões de seu interesse e que envolvam diversos conhecimentos do ecossistema de empresas de TI do município.
- Melhoria na interlocução e aproximação entre os principais *players* do setor de TI da cidade, por meio da Câmara Setorial de TI do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CODECOM.
- Ampliação da cultura de inovação no Município, fortalecendo o ecossistema de TI na cidade.

Todos os resultados em conjunto (não somente os gerados pela entidade colaboradora, mas por todos os *players* que atuam para o desenvolvimento do setor de TI do Município) contribuem para a elevação gradativa de alguns indicadores de crescimento do setor, tais como: o Quociente de Locacional, o faturamento bruto do setor, a quantidade de empregos diretos e indiretos gerados e o recolhimento de Impostos (ISSQN) sobre a venda de serviços do setor.

67 \$.

4. OBJETO DA PARCERIA:

Cooperação mútua entre o Município de Belo Horizonte e Sociedade Mineira de Software - FUMSOFT, visando ao desenvolvimento do ecossistema de Tecnologia da Informação (TI) em Belo Horizonte, por meio do fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), a partir da geração e aplicação de conhecimentos tecnológicos e científicos no setor de TI, e da criação de oportunidades locais de negócios, a partir da atração de investimentos e do estímulo à instalação de novos empreendimentos na cidade.

5. DESCRIÇÃO DA PARCERIA:

As ações propostas serão executadas pela entidade colaboradora alinhadas ao plano de trabalho. As ações executadas deverão estar ligadas sempre a uma meta, submeta e evidenciar, através de indicadores, os resultados gerados, coerentes com os resultados globais esperados. Mensalmente deverão ser quantificadas e qualificadas as empresas atendidas e capacitadas pela entidade.

O programa possui as seguintes áreas de atuação:

- Geração de negócios, empreendimentos e atração de investimentos no setor de TI;
- Estímulo e apoio a ações voltadas para inovação e para o âmbito das *Smart Cities*;
- Fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de soluções para demandas do setor público;
- Atuação em prol da melhoria do ecossistema de TI em Belo Horizonte, mediante o aprimoramento do ambiente regulatório e a interlocução com os *players* do setor;
- Promoção da cultura de inovação por meio de capacitação de servidores, colaboradores, parceiros e empresas de base tecnológica, via aceleração e incubação.

6.	FORMA DE EXECUÇÃO
----	-------------------

Vide planilha em anexo.

LM

B.

311 284

7. PRAZO DE EXECUÇÃO	
01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2021.	
8. PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS	
8.1 - Previsão de Receitas	
Origem	Valor
Repasse	Não se aplica
Contrapartida	Não se aplica
Total	Não se aplica
8.2 - Previsão de Despesas	
Não se aplica	
9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (a ser preenchido pelo Município):	
Não se aplica.	
10. ASSINATURA DA OSC	
<p>Belo Horizonte, <u>12</u> de <u>dezembro</u> de 20<u>19</u></p> <p style="text-align: center;"><u>Braga</u></p> <p style="text-align: center;">Nome/Assinatura da Organização da Sociedade Civil</p>	
11. APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO	
<p>Belo Horizonte, <u>12</u> de <u>dezembro</u> de 20<u>19</u></p> <p style="text-align: center;"><u>[Assinatura]</u></p> <p style="text-align: center;">Nome/Assinatura do Técnico Responsável/BM</p>	

Cláudio Chaves Bezio Filho - BM 117.292-X
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
SMDE

62

1 - IMPACTO ECOSISTEMA							COMPARTATIVO COM O PLANO ANTERIOR / JUSTIFICATIVA		PRAZO DE EXECUÇÃO
TEMA CENTRAL	METAS	SUBMETA	INDICADOR	EXEMPLOS	EVIDÊNCIA				
Capacitação	1.1 - Elevar a capacitação gerencial e técnica das empresas locais de TI	Promover eventos de networking e capacitações de cunho gerencial e técnica	140 eventos	Cursos, Palestras, Workshop	Convite, fotos do evento e resumo do conteúdo (relatório técnico simples)		Trata-se de elevação da meta 1.1 do plano de trabalho anterior, com alteração do indicador de 50 para 70 eventos (por ano), a partir dos resultados alcançados em 2018.	24 meses	
Capacitação	1.2 - Elevar a capacitação gerencial e técnica das empresas locais de TI	Promover eventos de networking e capacitações de cunho gerencial e técnica	2.000 empresas (CNPJ's)	Cursos, Palestras, Workshop	Lista de inscrições digital (Sympia), relatório anual de inteligência de dados (quais empresas, localização BH / RMBH e MG, qtd de funcionários, temas mais procurados, etc)		Trata-se de alteração do indicador da meta 1.1 que anteriormente era de 300 empresas e 1.000 participantes para 1.000 empresas (CNPJ's por ano) de forma que as ações desempenhadas possam ter uma alcance maior. O número de participantes foi excluído, sendo o foco o acompanhamento do nº de empresas beneficiadas.	24 meses	
Capacitação	1.3 - Elevar a capacitação gerencial e técnica das empresas locais de TI - Voltadas para o Turismo	Promover um evento de networking e capacitação de cunho gerencial e técnica voltada para o Turismo e Cadeia Produtiva (Gastronomia, Eventos, Experiências, Artesanato, Roteiros, Hotelaria, Tranportes).	2 evento	Cursos, Palestras, Workshop	Convite, fotos do evento e resumo do conteúdo (relatório técnico simples)		Trata-se de meta nova, a partir de manifestação da Belotur, vinculada à SMDE, considerando os projetos em andamento com foco no Turismo Inteligente.	24 meses	
Capacitação	1.4 - Elevar a capacitação gerencial e técnica das empresas locais de TI - Voltadas para o Turismo	Promover um evento de networking e capacitação de cunho gerencial e técnica voltada para o Turismo e Cadeia Produtiva (Gastronomia, Eventos, Experiências, Artesanato, Roteiros, Hotelaria, Tranportes).	40 empresas (CNPJ's)	Cursos, Palestras, Workshop	Lista de inscrições digital (Sympia), relatório de inteligência de dados (quais empresas, localização BH / RMBH e MG, qtd de funcionários, etc)		Trata-se de meta nova, a partir de manifestação da Belotur, vinculada à SMDE, considerando os projetos em andamento com foco no Turismo Inteligente.	24 meses	
Internacionalização	1.5 - Elevar a capacitação e estímulo à internacionalização de empresas com competências globais através da promoção de oportunidades de negócio, programas de capacitação e networking qualificados	Desenvolver ações de promoção da qualificação dos empreendedores locais para o mercado internacional.	6 conteúdos / 160 empresas	Elaboração de conteúdos: E-books, Webinar, Palestras	Landing page dos ebooks com relatório de downloads, Lista de inscrições em Webinars e eventos presenciais.		Trata-se de reformulação da meta 2.1 do plano anterior, com aumento do número de empresas beneficiadas de 20 para 80 empresas (por ano), considerando a possibilidade de realização de atividades on line, com possibilidade de alcance maior.	24 meses	
Internacionalização	1.6 - Elevar a capacitação e estímulo à internacionalização de empresas com competências globais através da promoção de oportunidades de negócio, programas de capacitação e networking qualificados	Realização de um Webinar voltado para inovações no turismo e boas práticas no mercado internacional.	80 empresas	Elaboração de conteúdos: E-books, Webinar,	Landing page dos ebooks com relatório de downloads, Lista de inscrições em Webinars e eventos presenciais.		Trata-se de meta nova, a partir de manifestação da Belotur, vinculada à SMDE, considerando os projetos em andamento com foco no Turismo Inteligente.	24 meses	
Desenvolvimento de Negócios	1.7 - Estimular a conversa entre empresas com demanda e solução com objetivo de realizar Conexões que gerem negócios	Promover conexões entre empresas/pessoas com potencial de gerar negócios, desenvolvendo assim nosso ecossistema	8 conexões	Eventos de conexão, reuniões entre associados, almoços de networking, participação ou apoio em programas como TechD	Relatório da reunião com pauta, ações geradas e assinatura dos presentes.		Trata-se de reformulação da meta 2.2 do plano anterior, ampliando o número de ações de 3 para 4 (por ano), com foco em negócios.	24 meses	

47

UNB

29/5

2 - FORTALECIMENTO DA PARCERIA

TEMA CENTRAL	METAS	SUBMETA	INDICADOR	EXEMPLOS	EVIDÊNCIA	PRAZO DE EXECUÇÃO	COMPARTATIVO COM O PLANO ANTERIOR / JUSTIFICATIVA
Capacitação	2.1 - Promover cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou atualização na área de TI para servidores públicos	Disponibilizar sem nenhum ônus para servidores da PBH vagas em eventos como cursos, treinamentos e palestras promovidas pela Fumsoft.	Disponibilizar 6 vagas em cursos e 8 vagas em palestras da Fumsoft	Eventos de toda natureza promovidos pela Fumsoft e quando em parceria, se tivermos margem para disponibilizar as vagas	Envio de e-mail convidando e disponibilizando as vagas nos eventos da Fumsoft gratuitamente	24 meses	Trata-se de reformulação da meta 6.1 do plano anterior, com alteração no número de vagas disponibilizadas de 2 para 3 vagas em cursos e de 5 para 4 vagas em eventos (por ano).
Capacitação	2.2 - Promover cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou atualização na área de TI para servidores públicos	Organizar encontros de capacitação personalizada (2 horas) para profissionais indicados pela PBH/SMDE	4 encontros	Entender a demanda da PBH e promover uma capacitação personalizada para até 15 pessoas na Fumsoft	Lista de inscrições digital (Sympia), foto do evento, print da página do evento	24 meses	Trata-se de meta nova com o objetivo de aprimoramento da equipe da PBH para os temas atuais em matéria de tecnologia e inovação.
Educação de Mercado Smart Cities	2.3 - Apoiar a PBH no desenvolvimento de BH como uma cidade inteligente	Conduzir ações relativas a educação do mercado de Belo Horizonte de Smart Cities	Matérias na imprensa sobre o tema citando PBH e as ações guiadas por ela 2 Ebook educativo sobre o tema 6 artigos no blog da Fumsoft 2 evento presencial com este tema em parceria com a PBH	Elaboração de conteúdos: E-books, Webinar, Releases, Palestras	Relatório com print ou link das matérias quando possível Relatório de performance das postagens quando a ação for digital / Lista de inscrições digital no caso do evento	24 meses	Trata-se de meta nova que foi incluída no intuito de contribuir com o posicionamento de Belo Horizonte como Cidade Inteligente.
Análise Estratégica das Melhores Práticas (Benchmarking)	2.4 - Formação de grupo de trabalho composto pela SMDE, Prodabel e Fumsoft para análise estratégica de melhores práticas no Brasil e no Mundo	Pesquisa e análise estratégica das melhores práticas	Grupo de trabalho constituído	Pesquisas e relatórios	Grupo constituído, reuniões de trabalho.	24 meses	Trata-se de meta nova, incluída no intuito de unir esforços para uma atuação mais eficiente do Município.

3 - EMPREENDEDORISMO / ACELERAÇÃO

TEMA CENTRAL	METAS	SUBMETA	INDICADOR	EXEMPLOS	EVIDÊNCIA	PRAZO DE EXECUÇÃO	COMPARTATIVO COM O PLANO ANTERIOR / JUSTIFICATIVA
Internacionalização	3.1 - Estimular a internacionalização de empresas com competências globais através da promoção de oportunidades de negócio, programas de capacitação e networking qualificados	Gerar/induzir negócios através de rodadas de negócios de pelo menos 10 20 empresas com o mercado internacional	20 empresas impactadas	Eventos de networking, visitas a consulados ou conexão que envolva desenvolvimento do negócio internacionalmente	Relatório da reunião com pauta, ações geradas e assinatura dos presentes.	24 meses	Trata-se de reformulação da meta 2.3 do plano anterior, sem alteração do indicador, mas com nova redação com foco em negócios.
Aceleração de Startups	3.2 - Estimular a criação e promover o desenvolvimento de novas startups de base tecnológica para geração de produtos/serviços inovadores	Acelerar através da metodologia do Acelera MG/ITI, pelo menos 20 projetos de base tecnológica.	40 Projetos iniciando o programa	Aceleração aberta, Aceleração Corporativa, Pré Aceleração Universitária, Startup Brasil, ou outros que envolvam o empreendedorismo	Termo de Entrada no Programa	24 meses	Trata-se de reformulação da meta 3.1 do plano anterior, com alteração do indicador, de 10 para 20 empresas (por ano).
Aceleração de Startups	3.3 - Estimular a criação e promover o desenvolvimento de novas startups de base tecnológica para geração de produtos/serviços inovadores	Acelerar através da metodologia do Acelera MG/ITI, pelo menos 2 projetos vinculados ao Edital de Experimentação do Carnaval 2019/2020 lançado pela Belotur.	4 projetos iniciando o programa	Aceleração aberta, Aceleração Corporativa, Pré Aceleração Universitária, Startup Brasil, ou outros que envolvam o empreendedorismo	Termo de Entrada no Programa	24 meses	Trata-se de meta nova, a partir de manifestação da Belotur, vinculada à SMDE, considerando os projetos em andamento com foco no Turismo Inteligente.

67

28/08/2020

32/08/2020

30/08/2020

Aceleração de Startups	3.4 - Estimular a criação e promover o desenvolvimento de novas startups de base tecnológica para geração de produtos/serviços inovadores	Graduar as startups participantes do ciclo anterior da aceleração e incubação	20 startups e graduadas	Contabilizamos apenas as Startups que chegaram ao final dos programas: Aceleração aberta, Aceleração Corporativa, Pré Aceleração Universitária, Startup Brasil, ou outros que envolvam o empreendedorismo	Termo de Finalização do Programa	24 meses	Trata-se de reformulação da meta 3.2 do plano anterior, considerando que o número de startups que inicia um programa de aceleração não é necessariamente o mesmo das que concluem a aceleração, por diversos fatores e fatos ao longo do programa que podem levar a startups a deixar o programa ou não alcançar o nível de maturidade para a graduação.
------------------------	---	---	-------------------------	---	----------------------------------	----------	--





287 